



O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ

Memória, representações
e pensamento social
(1887–1914)

Almir Leal de Oliveira

Editora

**SER
TÃO
CULT**



Almir Leal de Oliveira é bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1995), mestre (1998) e doutor (2001) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor das áreas de teoria e metodologia da história e história do Brasil do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará desde 1992, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História (2002) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (2012). Ocupou a Chair Joaquim Nabuco in Brazilian Studies do Center for Latin American Studies (2010-2011) da Universidade de Stanford, onde também realizou seu postdoc no Departamento de Biologia. É líder do grupo de pesquisa Ceará Colonial: economia, memória e sociedade (2003), do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq.

**O INSTITUTO
HISTÓRICO,
GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO
DO CEARÁ**

O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ

© 2024 copyright by: Almir Leal de Oliveira,

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com.br

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Camila Teixeira Amaral

Cícero João da Costa Filho

Cid Morais Silveira

Felipe Azevedo Cazetta

Francisco Dênis Melo

Geranilde Costa e Silva

João Batista Teófilo Silva

Telma Bessa Sales

Valéria Aparecida Alves

Revisão

Joice Nunes

Projeto Gráfico e Composição

Alvaro Beleza

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

CIP - Catalogação na Publicação

L435i Leal, Almir.

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)./ Almir Leal. - Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

356p.

ISBN: 978-65-5421-193-2 - E-book

ISBN: 978-65-5421-194-9 - papel

Doi: 10.35260/54211932-2024

1. Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.
2. Representação social. 3. Pensamento social cearense.
(1887-1914). I. Título.

CDD 981.31

O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ

**Memória, representações
e pensamento social**

(1887-1914)

Almir Leal de Oliveira

Sobral – CE
2024

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Aos meus pais.
A Mauro Augusto Pimenta, *in memoriam*.

Agradecimentos

Várias pessoas contribuíram para que esta pesquisa chegasse ao seu final, em 2001. Foi, sem dúvida, um trabalho muito solitário e que, por vezes, me impediu de acompanhar momentos importantes da vida de meus familiares e amigos. Porém, cheguei ao final desse período com muita alegria, sabendo que, à época, pude contar com a compreensão, o estímulo e o carinho de todos. Procuro, aqui, agradecer àqueles que me acompanharam mais de perto, sustentando-me no afastamento da realidade imediata para o mergulho na reflexão de uma temporalidade tão distante de todos nós.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus familiares. Meu pai, Ary de Oliveira Lima, minha mãe, Marianna Leal Lima, minha avó Germima Gonçalves de Souza, meus irmãos, minhas cunhadas, meus sobrinhos, meus tios e meus primos sempre estiveram do meu lado com o seu amor e atenção, mesmo quando eu me via inseguro e incapaz de concretizar esta tarefa.

O Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica da Universidade Federal do Ceará concedeu-me financiamento durante o período de afastamento das atividades letivas, sem o qual seria impossível realizar o curso de doutoramento e a redação da tese.

O Departamento de História da Universidade Federal do Ceará honrou-me com os afastamentos requisitados e, mesmo com o seu reduzido corpo docente, propiciou-me a finalização do curso e a da redação da tese. A todos aqueles que assumiram minhas atividades durante a pesquisa, os meus sinceros agradecimentos.

Não tenho como expressar a minha dívida de gratidão para com a minha orientadora, professora Maria Odila

Leite da Silva Dias. Durante todo esse período, seu carinho e estímulo intelectual ajudaram-me nos momentos em que não acreditei no meu trabalho. Ela vigorou e renovou não só minha reflexão, mas também me inspirou a empreender novas conquistas profissionais e pessoais. Sua presença marcante me fez vibrar em cada descoberta. Seus gestos e palavras ficaram marcados como verdadeiras experiências partilhadas e sorvidas, que me acompanharão para sempre.

A Maria Leônia Viana do Amaral e sua família devo o suporte emocional em terra estrangeira, a tranquilidade do lar e o conforto de uma convivência intelectual marcante.

A Maria de Fátima Novaes Pires, meu agradecimento por toda nossa amizade e troca intelectual, sem as quais nunca teria ousado tanto, academicamente.

Aos meus amigos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Elza Markus, Antônio Gilberto Nogueira Ramos, Simome Lucci, Josinete e Alexandre, todo o meu reconhecimento ao companheirismo travado nesses anos, pleno de regozijos. Agradeço especialmente a Yonissa Marmitt, por sua amizade, referência intelectual e carinho.

Meus amigos Anísio de Almeida Vargas, Arhur Viana, Bernadete Porto, Celi Maria de Souza, Eliane Boechat, Elizabeth Rodrigues, Idalécio Lopez Neto, Heloísa Martins Ferreira, Hélio Matos de Paula Júnior, Janaina Egalon, Luiza Adão Rodrigues, Maria Helena Martins, Marise Ferrari, Maysa Medeiros, Paulo Maciel Cardoso e Sílvia Marassi me distraíram nos momentos de profunda apreensão e me ajudaram a carregar todos os fardos. Fernando Castelo Branco, Jacqueline Ramos e Celso Donizete Cruz — companheiros do Núcleo de Ação Cultural Flávio de Carvalho — também não mediram esforços em acompanhar-me nas tarefas mais difíceis; ajudaram-me a sorrir quando os horizontes se apresentavam distantes. Agradeço, ainda, a Mônica Dantas, que em

pouco tempo de convivência marcou-me intelectualmente e me forneceu dados preciosos para a pesquisa.

Aos professores da PUC-SP, especialmente a Déa Ribeiro Fenelon, Estefânia Knox e Heloísa de Faria Cruz, agradeço o estímulo constante. A Betinha, responsável pela Secretaria do Programa, agradeço o carinho e a eficiência com que me brindou todos esses anos. ◆

Nota do autor

Este livro é a versão integral da minha tese de doutorado desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre março de 1998 e outubro de 2000, orientada pela Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias. Até hoje inédita em sua totalidade, a publicação da forma original da tese foi decidida devido à ampla procura pelo texto ainda não disponível por meios eletrônicos e à escassa circulação. Não foram realizadas alterações, apenas revisão profissional e ajustes editoriais. Preferi manter o texto tal como foi defendido por acreditar que todos os trabalhos são datados e daí a razão de não fazer notas explicativas ou intervir na estrutura do texto.

Vale lembrar que naquele momento as fontes consultadas não eram disponíveis por meio eletrônico e a necessidade de busca pelos registros trabalhados demandou a visita em vários arquivos e bibliotecas. Em São Paulo, trabalhei na Biblioteca da PUC-SP, na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade e na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. No Rio de Janeiro, a pesquisa foi realizada na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Real Gabinete Português de Leitura. Em Fortaleza, a pesquisa se realizou na Biblioteca Municipal Dolor Barreira, na Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, na biblioteca da Faculdade de Direito da mesma Universidade, na Academia Cearense de Letras, na Biblioteca Pública do Estado do Ceará e na Biblioteca do Instituto do Ceará, além da colaboração de várias bibliotecas particulares.

Finalmente, a tese foi apresentada e defendida em outubro de 2000, tendo como banca examinadora a Professora Doutora Maria Odila Leite da Silva Dias, o Professor Doutor Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães (UFRJ), o Professor Doutor Ilmar Rohloff de Mattos (UFF), a Professora Doutora Maria Helena Pereira Toledo Machado (USP) e a Professora Doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga (PUC-SP). ◆

Sumário

Apresentação — 18

PARTE I

A historiografia cearense e a imagem do Ceará na nacionalidade: as narrativas do Instituto Histórico do Ceará — 41

¶ CAPÍTULO UM

A emergência de uma narrativa historiográfica para o Ceará — 48

¶ CAPÍTULO DOIS

Tematizando a produção do Instituto do Ceará — 104

PARTE II

O historiador e seu lugar social em Fortaleza na virada dos séculos XIX/XX — 163

¶ CAPÍTULO TRÊS

Situando socialmente intelectuais e historiadores: definindo um *métier* — 164

PARTE III

**Uma pátria chamada Ceará:
a construção da história do Ceará
através das ações de memória — 211**

¶ CAPÍTULO QUATRO

História e civismo: republicanismo e a
definição de pátria cearense — 212

¶ CAPÍTULO CINCO

Os monumentos da história do Ceará — 258

Notas — 308

Fontes — 345

Bibliografia — 349

A historiografia tende a provar que o lugar onde ela se produz é capaz de compreender o passado: estranho procedimento, que apresenta a morte, corte sempre repetido no discurso, e que nega a perda, fingindo no presente o privilégio de recapitular o passado num saber. Trabalho da morte e trabalho contra a morte.

– MICHEL DE CERTEAU

Apresentação

A discussão sobre os significados da palavra Ceará mobilizou os intelectuais de Fortaleza no final do século XIX. A dificuldade em estabelecer um consenso sobre o vocábulo provinha de uma série de referências literárias que apontavam diferentes *entendimentos* baseados em matrizes intelectuais distintas e que variavam desde os dicionários da língua indígena até os compêndios de história escritos durante a primeira metade do século XIX, e que estavam comprometidos com descrições, memórias, histórias nacionais que fundamentaram uma narrativa das origens ou do começo histórico da nação brasileira.

Em fins da década de 1880, pelo menos quatro versões eram correntes, e entre os seus autores podemos destacar Ayres de Casal em *Corografia Brasílica*; von Martius em *Glossaria Linguarum Brasiliensium*; Monsenhor Pizarro em *Memória Histórica do Rio de Janeiro*; e Cândido Mendes em *Memória para a História do Maranhão*. Entre os cearenses, destacavam-se as versões de José de Alencar em *Iracema*; Tomás Pompeu em seu *Diccionario Topográfico e Estatístico da Província do Ceará*; Joaquim Catunda em seus *Estudos de História do Ceará*; e Capistrano de Abreu em um artigo no *Gazeta de Notícias* publicado em 1886 no Rio de Janeiro. Além disso, estimulado pelos mais fortes *desejos de acertar*, Paulino Nogueira Borges

da Fonseca, em alguns artigos de 1888 e em seu *Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará* — publicado um ano antes —, tentaria sistematizar e interpretar essas opiniões e estabelecer um entendimento padrão do vocábulo.¹

As diferentes referências dificultavam a afirmação de verdade e confiabilidade das narrativas que envolviam a nomenclatura *Ceará*. Ao estudioso da história cearense que parte da historiografia do final do século XIX, resta a impressão de que a ausência de uma escrita consensual sobre o Ceará não se limitava apenas aos sentidos de uma etimologia precisa; havia uma zona de penumbra pairando sobre as recomposições da história local. A cada estudo que era publicado somavam-se contradições, opiniões diversas, dúvidas e dados controversos que generalizavam a ausência de consensos na mesma intensidade das aspirações por acertos.

A ausência de uma narrativa convincente para os temas da história cearense mobilizou diferentes intelectuais a estabelecerem as convenções aceitáveis sobre o começo histórico do Ceará e de sua trajetória no tempo. Para uma sociedade que procurava se definir como nova, civilizada e moderna, a datação de suas origens, dos marcos de sua singularização, representava a possibilidade concreta de municiar-se de referências identitárias e, a partir de uma cruzada pela delimitação de seu passado, definir-se num presente incerto, estabelecer as escolhas que constituíram suas formas e seus contornos dentro da nacionalidade pretendida.

As manifestações desse debate indicavam a necessidade de afirmar uma *identidade regional* frente às transformações sociais que a província havia experimentado a partir do final de uma grande seca (1877–1880) — que destruiu a vida produtiva e a demográfica — e de um movimento abolicionista que procurou imprimir uma nova ordenação do social, em que a superação da escravidão era entendida como uma

possibilidade de instalar uma modernidade baseada nos valores de civilização e progresso.

A criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará marcou a definição de um *métier* (campo profissional e intelectual) que regulamentaria os caminhos de singularização da trajetória cearense. Tais regulamentações se efetivariam em uma tematização da história local, na definição e na datação de suas origens, no estabelecimento de suas fronteiras geográficas e culturais, de seus tipos, cronologias, cartografias — enfim, do lugar e da imagem do Ceará para a nacionalidade.

Para esses historiadores, a busca da verdade sobre as origens do Ceará não se resumiu apenas ao impulso intelectual cientificista/positivista, na definição de um todo coerente, mas sugeriu à própria geração o lugar social privilegiado que ocupavam na fundação de uma imagem do Ceará para o restante do país. E a constatação do lugar social que ocupavam pode ser percebida não só por eles, mas por toda a sociedade. Ao mesmo tempo em que se colocavam como os *primeiros Adões* da historiografia local, criavam em torno de si uma clientela consumidora de verdades históricas. Assim, foram capazes, ao longo dos anos, de criar um código histórico que nomeou, classificou e diferenciou o Ceará diante da nacionalidade, alimentando as leituras de sua clientela, que, sem cessar, deglutiui os marcos inaugurais estabelecidos e desenvolveu seus olhares sobre o que, em embrião, foi narrado como *verdadeiro*.

A produção historiográfica cearense após 1887 — ano da criação do Instituto Histórico — preocupou-se com a elucidação dos fatos locais para uma *verdadeira e definitiva* explicação de seu começo histórico. Nos primeiros anos após sua criação, uma cruzada em favor da história do Ceará foi implementada pelos seus sócios. Publicações de artigos,

memórias, biografias e fontes; busca de novas comprovações em documentos originais e até então desconhecidos; conferências, palestras, comemorações foram dadas a consumo a uma clientela sedenta de fatos minuciosamente detalhados e comprovados à exaustão.

Ao estabelecerem a topografia do passado cearense, para possuírem de fato uma história e atenderem ao apelo de tempos idos, ofereceram uma redenção a uma sociedade ávida por ter respostas dos enigmas de tempos pretéritos. A afirmação do *métier* do historiador passou, nesse caso, pela possibilidade de cortejar vozes emudecidas do passado e oferecê-las a um presente prenhe de redenção. A capacidade do discurso histórico, de colocar na ordem do dia as citações de um passado até então impreciso, conferiu a essa sociedade a possibilidade de apropriar-se e comunicar-se integralmente com esse passado.

Essa força messiânica do discurso histórico encontrou correspondência no projeto intelectual civilizador da sociedade fortalezense, resguardando à história o seu espaço intelectual, como campo distinto de outras áreas do conhecimento, e a esse projeto o contralance que lhe assegurava a vitória. Esse discurso histórico ofereceu à burguesia cearense ascendente, e ao poder republicano recém-estabelecido, a astúcia e a firmeza para marcarem os fatos do passado cearense a serem lembrados, comemorados e coroados — um passado recuperado que encontra no presente os foros de sua legitimação como verdadeiro.

Assim, o tempo presente estabelece o lugar de reconhecimento de um passado que é frequentemente visitado e fixado como narrativa que territorializa mediações de passado e de futuro da história cearense. Cartógrafos, cronistas e guias de visitação ao passado cearense, os historiadores do Instituto Histórico do Ceará aproximaram reminiscências que, na

definição de uma imagem do passado, foram tidas como verdades positivas, orientações para uma nacionalidade que integrasse o Ceará a uma imagem de nação construída e definida com base nos ideais republicanos.

Entre 1887 e 1903 (se tomarmos como marco a comemoração dos 300 anos do Ceará) ou 1911 (se tomarmos a primeira publicação do estudo de Antônio Bezerra de Menezes que *resolveu* a dúvida histórica do povoamento do Ceará), essa cruzada pela história — que acompanhou os debates e conflitos da implantação do período republicano — firmou os marcos construídos como os que *verdadeiramente elucidavam* a história local, rememorados e comemorados por sua clientela devoradora de fatos. Desse modo, organizou os artefatos imaginários dos republicanos cearenses na construção de uma ideia de Pátria Cearense homogênea, pacífica, ordeira, trabalhadora, preñe de verdades históricas, capaz de identificar paisagens e tipos na consciência de uma nacionalidade.

Entretanto, quais são os significados da elaboração de uma historiografia cearense na virada dos séculos XIX e XX? Sabemos que o discurso historiográfico foi constituído a partir de um estilo predominante no período, as cronologias assentadas em uma história do acontecimento, narrativas que traziam notadamente a marca do político, dos fatos individualizantes, extraídos de uma operação crítica que se identificava com um ideal filosófico de objetividade absoluta herdeira do positivismo, e que fazia do historiador o erudito moralmente virtuoso no conhecimento de um objeto previamente determinado. Mas, para além dessas constatações, como descortinar os sentidos dessa operação? Por assim dizer, como historicizá-la?

Desde os primeiros contatos com o discurso histórico produzido no período, compreendi que uma articulação estava

oculta nas falas, mas presente em uma ordenação que parecia inacessível em um primeiro momento. Aquelas narrativas detalhadas com esmero, aqueles fatos ricamente documentados funcionavam como indícios de uma construção de sentidos que se colocavam em uma constante relação com os outros textos produzidos, com as outras narrativas. Indícios que, seja pelo objeto escolhido, seja pela matéria enunciada, dentro ou fora de sequências mais objetivas, estruturavam um possível núcleo de sentidos morais, políticos ou identitários que não só regulava a produção, mas a transcendia.

Num sentido aparente, alguns fatos apontados traziam um ensinamento direto e voluntário, como nos trabalhos dedicados ao estudo dos episódios da Confederação do Equador, valorizando as ações revolucionárias de Tristão de Alencar Araripe, elegendo-o, ao lado de outros (Padre Gonçalo Mororó, Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luis Inácio de Azevedo e Feliciano José da Silva Carapinima), como mártir, símbolo de um impulso revolucionário destemido e corajoso, exemplo de luta contra a tirania política, absolutista, na exaltação dos valores liberais/republicanos do início do século XIX. Nesse caso, a história e seu discurso funcionavam claramente como *mestres da vida*, e os historiadores se colocavam firmemente como os enunciadores dessas *lições*.

Outras narrativas não traziam explicitamente a sua *lição*. Entretanto, a estruturação desses textos particulares poderia afirmar um sentido mais amplo daquela historiografia? Foi o que procurei inquirir. Se as efemérides traziam apenas o meticuloso ordenar de datas e fatos, que outros sentidos eu poderia extrair delas? Tomei como desafio a possibilidade de encontrar não apenas a ordenação dos fatos, mas a maneira pela qual aqueles historiadores preenchiam *o vazio da pura série* com significações que extrapolavam a própria cronologia:

Como se vê, pela sua própria estrutura e sem que seja necessário fazer apelo à substância do conteúdo, o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica ou, para sermos mais precisos, imaginária, se é certo que o imaginário é a linguagem por meio da qual o enunciante de um discurso (entidade puramente lingüística) “enche” o sujeito da enunciação (entidade psicológica ou ideológica).²

A configuração das séries de estudos históricos, cronologias e efemérides cearenses e fontes documentais publicadas ao longo dos anos pelo Instituto Histórico do Ceará trazia, assim, para mim, uma narrativa que possuía um referente que se localizava fora da própria narrativa, como ele fosse ao mesmo tempo o fundador/governante daquele projeto historiográfico, mas estivesse situado fora dele.

Desde os primeiros recortes e tentativas de tematização dessa produção historiográfica, ficou clara a dificuldade em definir os significados daquela história objetiva, que propiciou o projeto de construção de uma história definitiva e verdadeira para o Ceará. Entretanto, a cada tematização que propunha para dialogar com aquele material, um sentido oculto, um *significado não formulado*, tornava-se cada vez mais evidente. Segundo Barthes,

Esta situação define aquilo a que se poderia chamar de o efeito de real. A eliminação do significado, expulso do discurso objetivo, ao permitir aparentemente o confronto do real com a sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido, tão certo é, uma vez mais, que, num sistema, qualquer carência de um elemento é ela própria significante.³

Resultou de tal apreciação a tomada de consciência de que só seria possível entender os significados dessa historiografia

tomando-a como uma fonte monumentalizada da história do Ceará. Para além da relação de objeto de pesquisa, essa historiografia monumentalizava-se nas suas formulações, de modo que seria necessário, para o encaminhamento de minhas propostas, tratá-la como documento monumental — ou uma memória histórica que, pelas características de sua produção, definia-se enquanto um texto historiográfico já monumental em sua criação.

Assim, a fim de chegar aos significados sociais da referida produção e estabelecer uma crítica ideológica dos referentes fundadores e organizadores desse discurso e da sua instituição (lugar de produção e enunciação da verdade histórica), era preciso entender os textos historiográficos não como menos instituídos que os monumentos da tradição, não como menos edificados, situados e definidos pelo poder da enunciação de uma verdade sobre o passado e *em proveito do poder e dos poderes*.

Como, então, desconstruir essa historiografia monumentalizada?

Decidi partir, então, para a construção de uma abordagem que me permitisse uma crítica historiográfica como possibilidade de construir uma história social da leitura. A primeira constatação que permitiu organizar o caminho da minha reflexão foi a necessidade de discutir a postura do historiador situado como leitor de experiências passadas. Procurei debater as implicações dessa postura no que se refere às temporalidades e às aproximações de horizontes entre leitores, textos e escrituras. O enfoque adotado, então, foi de que a ideia de que o passado é um texto aberto e que sua *leitura* estabelece protocolos — ou seja, a leitura como uma atividade intertextual.

Situar o historiador enquanto leitor envolve distinções que vão além da pura constatação. Trata-se de buscar uma compreensão das formas pelas quais os historiadores se posicionam

como leitores de temporalidades alheias. É a consideração do tempo histórico como texto passível de compreensão, ou a tentativa de considerar o passado como escritura que dialoga com o presente: se atentarmos para um sentido amplo da ideia de leitura, podemos admitir que, muito mais do que decifrar inscrições gráficas, podem-se decifrar inscrições de ordem mais geral, literais ou não. Saímos assim de um universo normativo verbal da língua escrita e entramos em um universo de significados, previstos ou não nos textos, da esfera da linguagem.

Esse trabalho de tomar a historiografia cearense como objeto de uma história social da leitura incorporou uma dimensão do campo profissional, como entenderia Bourdier⁴, mas procurou não limitar-se a ele. Certo foi que a investigação apontou para a definição de um *métier*, de um campo profissional, que favoreceu a disseminação de um *capital cultural* em que os significados sobre o Ceará e a sua história foram produzidos e oferecidos a um público consumidor. As ações de memória que permitiram a difusão das teses construídas pelos homens do *métier*, para mim, significaram mais do que uma *regra* do campo profissional: formaram um diferencial de elaboração e massificação simbólica sobre as temporalidades cearenses, atributos próprios do campo, mas também responderam aos conflitos e às contradições sociais do poder local em suas expectativas e projetos de inserção do Ceará numa ordem nacional.

Portanto, para começar a compreender os textos historiográficos produzidos no Ceará a partir do final do século XIX seria necessário encontrar o universo de significados dessa linguagem historiográfica, da construção retrospectiva do tempo histórico cearense enquanto texto a ser decifrado. Ainda que não nos aproximemos da radicalidade da proposta de Jacques Derrida, de que nada tem existência fora da textualidade, podemos admitir que, ao tomar a leitura

em seu sentido *lato*, confirmamos a hipótese semiótica de que é possível estabelecer compreensões com base em uma observação minuciosa do texto e de seu lugar de produção. Parti, assim, para a tarefa de situar os textos historiográficos, adquirir conhecimentos sobre eles, observá-los em conjunto com outros textos do período, *traduzi-los* em um código que me permitisse, posteriormente, decifrá-los em pensamentos, reflexões e palavras.

Longe de intentar fazer uma leitura voltada para o texto em si mesmo, ou de reduzi-lo a um núcleo de intencionalidades (de reescrever o texto com o autor), procurei entrar na esfera da tradição historiográfica instituída pelo Instituto Histórico do Ceará a fim de tecer uma compreensão dos mecanismos que a possibilitaram. A leitura, nesse sentido, tem a potencialidade de produzir um saber que não experimentamos inicialmente, mas nos permite esboçar um conhecimento transformando em *nosso* o próprio texto, trazendo-o para a nossa construção crítica. E foi essa relação de diálogo que me permitiu compreender aquilo que estava fora da minha experiência. Se não havia a possibilidade de intervenção nos textos historiográficos sobre o Ceará, estes estavam abertos para minha compreensão.

Ao historiador que se interessa pela desconstrução das narrativas historiográficas — como é o caso deste trabalho —, cabe um longo processo de escolhas e definições. Situar as individualidades e historicidades na construção de uma compreensão do passado envolve uma percepção dilatada de sujeito e objeto que se envolvem em um constante e tenso diálogo. É mister rastrear indícios, buscar constatações, encontrar conexões e, sobretudo, seguir as tramas confusas de um passado que possui sua historicidade. Compreender o passado na sua fala e na sua temporalidade é uma possibilidade de procedimento. Não se trata de uma *autonomia do objeto* e nem

mesmo de uma perspectiva empirista na qual os objetos falam por si mesmos, revelando um determinado passado. Trata-se, aqui, de uma compreensão das falas do passado, situadas nas suas historicidades (o que não significa uma perspectiva contextualista), em que experiências individuais e coletivas, assim como temporalidades históricas, encontram-se em uma elaboração do social — o que também foge a uma perspectiva textualista.

A pesquisa, portanto, está situada no entroncamento de duas trajetórias: construção intelectual e consumo cultural. No mesmo movimento, as ações do Instituto do Ceará, desenvolvidas por seus historiadores, elaboraram uma constituição do passado cearense e interferiram na realidade, oferecendo aos seus *consumidores* uma lógica ordenada para o presente vivenciado. A formalização da trajetória passada, composta pela narrativa dos historiadores, compôs, para a rede de consumidores, uma convenção de elementos de identidade que legitimou práticas cotidianas. Assim, nesse campo de análise, produção intelectual e consumo cultural, tornaram-se integrantes de um mesmo movimento.

Não é tarefa situar produtor e produção em um emaranhado de fatos construídos em temporalidades diversas. Descortinar as formas de difusão e consumo é uma outra tarefa árdua. O ponto de partida desta pesquisa foi compreender sob quais temas se sedimentou a produção do Instituto Histórico do Ceará — e desvendar para mim mesmo essa produção foi empreendimento dos mais complicados.

A complexidade desse material está inicialmente indicada pelo conteúdo de seus artigos, que tratam dos mais diferentes temas e períodos da história do Ceará. É por intermédio da análise dessas narrativas que podemos observar de que forma se estabeleceu uma cronologia para a história do Ceará, e ainda o estabelecimento das *datas e fatos* fundantes

da compreensão desta em relação à história das demais províncias e do país. Por mais que a pesquisa priorizasse esse caráter, digamos, programático do Instituto do Ceará, ela também deveria ser analisada enquanto instrumento de ação de memória e veiculação das produções desses historiadores diante das comunidades intelectuais do país e do exterior.

Publicada sem interrupções desde 1887, tive à minha frente mais de 100 volumes da *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, repletos de memórias, estudos históricos, descrições de viagens, crônicas, cartas, atas, regulamentos, estatutos, efemérides, fontes variadas, necrológios, estudos linguísticos, descrições de cidades, catálogos, dicionários, biografias etc. Num primeiro momento, todos os textos pareciam desconexos e inusitados. Parti para uma catalogação que me permitisse chegar aos gêneros e temas mais comuns, e com isso fui me familiarizando com uma escrita da história preocupada com as minúcias, com os personagens para mim desconhecidos e pouco familiares. Conteí com dois catálogos de artigos para essa tematização e cheguei a um primeiro levantamento dos artigos que considerava poder agrupar em temas para melhor visualizar a extensa produção.

As primeiras leituras dos artigos me desautorizaram a seguir aquela tematização, mas confirmaram algumas temáticas, como a discussão das origens coloniais do Ceará e as questões ligadas aos movimentos liberais na província. Intensifiquei os estudos dos artigos e pude ir formando os conjuntos daqueles que sedimentam, para mim, a primeira parte do trabalho, em que procuro discutir qual tematização foi proposta para a história do Ceará entre os anos de 1887 e 1900.

Aos poucos, bem aos poucos, fui entendendo que a catalogação que iniciei se mostrava improdutiva. Os artigos se repetiam ou se contestavam; percebi, então, no interior de leituras pormenorizadas, que deveria tratar dos temas que

emergiam não de seus títulos, mas dos seus conteúdos, e dessa forma fui chegando às articulações entre estilos e conteúdos que procuravam imprimir uma verdade histórica para o Ceará. Desse modo, pude elencar os temas que se dedicavam à questão racial/étnica e que propunham uma abordagem do indígena como elemento definidor de um caráter popular na visão desses historiadores. Também identifiquei os estudos históricos que tiveram como preocupação a construção dos limites internos das paisagens cearenses e aqueles que se dedicavam à elucidação das origens das diferentes regiões, além dos estudos cronológicos e políticos.

Tomado assim um primeiro contato com o material que seria a base para a análise historiográfica, passei a inquirir sobre a trajetória intelectual e o repertório de leituras desses historiadores e as suas posturas intelectuais diante dos temas ligados à abolição no Ceará, das questões sociais colocadas a partir do final da seca de 1877–1880, bem como das suas trajetórias individuais durante a década de 1880.

Novo universo se descortinou para a pesquisa empírica. Ao mesmo tempo em que procurava compreender narrativas, fui me preocupando em tecer biografias e relacioná-las coletivamente para identificar um possível perfil do historiador que emergia no Ceará na década de 1880. Começou, nesse momento, a configurar-se, para mim, a possibilidade de uma história social das leituras, entendida aí como o estudo do repertório intelectual, das ações sociais e da escritura. Concentrei a pesquisa na década de 1880, ampliei o universo de intelectuais para além daqueles que fizeram parte do Instituto Histórico do Ceará, até mesmo para entender a partir de qual conjunto de intelectuais se retiraram aqueles 12 sócios-fundadores da Academia de História. Desse desdobramento resultou o trabalho de dissertação do meu mestrado sobre o pensamento social cearense na década de 1880.

Longos caminhos, é verdade, mas como fazer uma crítica historiográfica sem descortinar os mecanismos que possibilitaram uma formação intelectual, uma atitude social e uma pedagogia da história? E mais: como situar socialmente formação, produção e consumo historiográfico? Uma vez que a pesquisa pretendeu constituir-se enquanto uma forma de fazer historiográfico que possibilitasse associar a reconstrução do passado às representações sociais desse mesmo passado, tratava-se de buscar uma perspectiva cujo intento era ir além de um estudo que confrontasse outros já existentes. Assim, propus uma abordagem que revelasse a multiplicidade de vozes dos agentes sociais, de diversos sujeitos históricos, na compreensão de um passado que inter cruzasse individualidades e historicidades em uma polifonia de vozes.

Ao estabelecerem os agentes e as situações que inauguraram o Ceará na história, os historiadores do Instituto Histórico do Ceará definiram as origens parciais da mítica origem do estado. Dessa forma, os primeiros conquistadores, os primeiros donatários e os heróis fundadores constituiriam uma sistemática tradição. Fonte de poder simbólico e temporal, a constelação de identidades situadas e localizadas na cronologia cearense propiciou a gênese integradora do Ceará à história nacional e à história universal. O estudo dessas construções narrativas indicaria como o pensamento social se deslocou da elaboração da memória para a esfera social mais ampla da construção de símbolos e tradições.

A proposta dessa pesquisa constituiu-se, portanto, na tentativa de compreender como um conjunto de conteúdos da história do Ceará foi estabelecido como uma narrativa que passou a constituir práticas de natureza simbólica e ritual na organização da memória oficial. Discutir essa transferência de conteúdos, as valorizações empreendidas e as formas sociais que estabeleceram uma continuidade em relação ao passado

é uma das tarefas do historiador preocupado em investigar os sentidos das construções historiográficas. A desconstrução do evento comemorativo monumentalizado pode oferecer ao pesquisador as formas pelas quais a produção historiográfica se desloca das construções narrativas e se estabelece socialmente na elaboração das justificações ideológicas. Tenho como objetivo compreender os discursos que estruturaram o pensamento comum a um grupo determinado, o pensamento social da elite cearense entendido na sua construção. A memória estabelecida por esse grupo foi o elemento aglutinador de perspectivas sociais e políticas, formador de uma justificação socioideológica e revelador da construção das identidades, da produção e reprodução das relações de poder.

Procurei acompanhar o desenvolvimento do *métier* de historiador no Ceará e compreendê-lo nas suas articulações com as formas institucionalizadas do poder, com a construção do pensamento comum da burguesia cearense e com a forma hegemônica que ela utilizou na compreensão do passado do Ceará.

Tomada enquanto um instrumento de análise da história social, as biografias nos auxiliaram a compreender a definição do *métier* da história no Ceará; o estudo minucioso delas nos levou a interpretar os elementos de uma tessitura social diante da qual esses intelectuais estavam situados e inseridos. Defini como caminho a investigação dos elementos biográficos desses historiadores, utilizando as informações fragmentadas de diferentes variações temporais para situar socialmente a definição do campo profissional.

Analisar a biografia de cada historiador tomando as suas relações de amizade e seus contatos profissionais e familiares como multiplicadores de sujeitos sociais envolvidos na trama permitiu-me um olhar mais adensado sobre suas afinidades intelectuais, tornando-o um indivíduo complexo, a ser obser-

vado e analisado. Dessa forma, os hábitos do grupo foram tomados como elementos identificadores de um comportamento social, uma vez que o sistema de disposições individuais de uma prática permitiu-nos alargar a rede de contatos desses historiadores, tornando-se indispensável interpretar os diferentes segmentos sociais a que estavam ligados, reconstituindo, assim, a tessitura social à qual estavam identificados.⁵

Assim, interessei-me em acompanhar a rede de discursos historiográficos produzidos no Ceará e procurei entendê-los como resultantes de um conflito ideológico, teórico e social. Foi o que chamamos, enquanto espaço interpretativo da história social das leituras, de articulação *texto-autor-leitor*. A própria definição do espaço profissional e as discussões teóricas de história no período auxiliaram-me na definição desse campo da pesquisa e na construção dessa abordagem. Ao estudar as formas pelas quais os intelectuais de Fortaleza definiram, na esfera social, a narrativa historiográfica e seus usos, fui levado a compreender o entrecruzamento entre texto narrativo, inserção social do intelectual e leituras construídas da história do Ceará.

O arcabouço teórico que sustentou essa perspectiva foi a possibilidade de situar e inquirir os espaços intelectuais de produção das narrativas historiográficas sobre o Ceará entendendo-os como atores sociais, compreendendo a relação *autoria-experiência* por meio da análise das trajetórias intelectuais desses historiadores, das leituras sociais por eles elaboradas e da identificação do lugar de que falam/escrevem/imprimem seu conhecimento na esfera social da cidade de Fortaleza e do Ceará.

Minha preocupação central nesta pesquisa foi encontrar uma tensão dialética entre a retórica de produção e disseminação de uma determinada história do Ceará e os sujeitos socialmente situados que a construíram. A defini-

ção da história social das leituras foi construída com bases referenciais.

Definido o eixo central da análise, novos materiais empíricos foram incorporados na tentativa de dialogar com a problematização traçada. Retomei as análises da produção publicada na *Revista do Instituto do Ceará*, ampliei o recolhimento de dados sobre a trajetória dos sócios, procurei levantar material sobre o meio gráfico que publicava as obras de história do Ceará e iniciei a coleta de dados sobre as manifestações de ações de memória que reafirmavam, para o conjunto da população, as teses desenvolvidas por esses historiadores. Passei também a preocupar-me com a participação desses historiadores em outras associações de intelectuais e associações políticas e religiosas, de modo a compreender os significados de suas atuações sociais. Para concluir o rastreamento de suas trajetórias, organizei um levantamento e realizei uma coleta de materiais por eles publicados nos diferentes jornais de Fortaleza.

Cheguei, assim, à seguinte definição dos capítulos desta tese.

Na primeira parte, procuro discutir os significados da construção das narrativas historiográficas do Instituto Histórico do Ceará e as questões que propunham uma inserção dele na nacionalidade. O primeiro capítulo é dedicado ao estudo das diferentes configurações do pensamento social no Ceará, que possibilitaram emergir uma narrativa historiográfica a partir do final da década de 1880. O segundo capítulo é dedicado à análise das narrativas de origens construídas pelo Instituto Histórico do Ceará. Procurei identificar as questões levantadas por esses historiadores que propiciaram a configuração e a decodificação do passado colonial cearense e de suas articulações com a história nacional.

Na segunda parte, procuro compreender o lugar social da produção historiográfica cearense e como foram esta-

belecidos os procedimentos que permitiram a constituição de um *métier* de historiador em Fortaleza. Procuro estudar as formações desses intelectuais, os procedimentos historiográficos que adotaram como padrão da escrita da história do Ceará e os seus consequentes significados sociais. Partindo da definição do *métier* como um lugar social, procuro reconstituir os perfis intelectuais que indicavam o lugar de onde partia, na sociedade cearense, a sua formulação historiográfica.

Por fim, os dois últimos capítulos procuram entender como se deu a utilização das narrativas historiográficas na esfera do consumo cultural. Procurei compreender os deslocamentos dessa narrativa historiográfica para os níveis simbólico e ideológico. Procurei verificar como as ações de memória se configuraram na proximidade dos ideais republicanos, possibilitando um discurso identitário para o Ceará, que se fez reproduzir em diferentes manifestações de caráter comemorativo e em instrumentos pedagógicos afinados com a configuração de um ideal republicano em implantação.

Esta pesquisa teve como propósito analisar e discutir as representações que o Instituto Histórico do Ceará produziu entre 1887 e 1914. A produção de uma história do Ceará pelos membros desse instituto subsidiou a formação de uma imagem do Ceará, definiu a sua trajetória no tempo e elaborou uma síntese de representações identitárias que vigorou por muitos anos e que foi responsável pela inserção do estado na nacionalidade. O centenário dessa instituição, em 1987, recuperou essa imagem e ofereceu, em mais um momento comemorativo, uma síntese dessa produção. O discurso do sócio Mozart Soriano Aderaldo foi lapidar no sentido de demonstrar o significado dessa narrativa na identificação do Ceará, de seus processos de singularização, construídos e ressignificados ao longo dos anos:

Somos, assim, uma clareira na confusão racial do Brasil, pois a miscigenação entre nós se limitou praticamente ao português ambicioso e sensual, com o índio matreiro e desconfiado. Se em tempos idos se identificava, de modo fácil, o inglês heráldico e aparentemente abúlico, o cearense é inconfundível: estatura mediana, de cor morena clara, de pouca barba, músculos enrijecidos, cabelos lisos ou em vagos anéis, rosto anguloso e cabeça chata. Inconfundível também o é em seus caracteres morais: sobriedade e resignação; mas muito espírito de resistência, energia e tenacidade. Ante o inevitável cataclismo cíclico, o homem do Ceará submete-se à lei da natureza, que ele identifica com a vontade de Deus, mas manifesta-se um forte sem o que ele não sobreviveria. Músculos de aço do vaqueiro e do jangadeiro e intrepidez do homem do sertão e do homem do mar, que tanto enganam o observador superficial que os surpreende na atitude inconfundível de aconchegar-se a postes e paredes no dolente embalar da rede, simples intervalos na sua vida de duro labor, espécie de economia de energias que devem ser poupadas para momentos mais próprios. Como as árvores da caatinga, que se desfolham para economizar a pouca água que ainda dispões, o cearense aguarda o momento propício para a ação rápida e ágil. Até a sua voz engana, no seu arrastar e na sua cantiga, voz dos aboios, voz das emboladas, voz das serenatas, voz dos desafios, voz que traduz o conformismo diante da natureza, mas voz dos nomes que navalham, que revela, por igual, o orgulho e o pundonor de quem não leva desaforos para casa. O cearense faz questão de propalar seus próprios defeitos, mas, paradoxalmente, entre os brasileiros, é o mais agarrado à terra natal. O povo mais andejo do Brasil é surpreendentemente o que mais reflete a alma nacional.⁶

Essa é uma síntese das construções identitárias que os intelectuais do Instituto Histórico do Ceará produziram no decorrer de sua trajetória. Mergulhar na investigação dessas construções e compreender as formas pelas quais elas se estabeleceram foi o que me propus nessa pesquisa. Ou seja, um exercício de desconstrução de representações sociais e ideológicas que problematizaram os deslocamentos que a historiografia cearense sofreu em seu lugar social a partir do final do século XIX.

Ainda é muito recorrente, no âmbito da nacionalidade brasileira, a tendência de atribuir valores identitários aos cearenses para distingui-los nas suas individualidades. Seja através de seus “*atributos morais*” ou do seu lugar como terra da “*luz e da liberdade*”, a veiculação de mensagens publicitárias, empresariais, políticas ou de turismo evoca falas de um passado imemorável, que encontra, nas matrizes de uma história construída com base em valores eurocêntricos e evolucionistas, uma significação de sintomática recorrência.

Tecer uma desconstrução desses discursos identitários é uma forma de avançar na compreensão dos usos e das apropriações que grupos políticos e empresariais vêm, no decorrer dos anos, alimentando e valorizando com respeito à história do Ceará. Nesse sentido, torna-se necessário o estudo das temporalidades envolvidas na construção dos discursos que sustentaram essas noções identitárias na sociedade cearense na virada dos séculos XIX para o XX, e que subsidiam, hoje, recursos sofisticados de valorizações ideológicas. ◆

Este livro foi composto nas fontes **Space Grotesk**, desenvolvida por Florian Karsten, e **Baskerville URW**, desenvolvida por URW Type Foundry, inspirada na versão de John Baskerville.

Dezembro de 2024.

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com.br

Editora

**SER
TÃO
CULT**

“A banalidade do passado é feita de pequenas particularidades insignificantes que, ao se multiplicarem, acabam por compor um quadro bem inesperado.”

“A história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar) e do qual não podemos ver todas as salas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca neste palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse o seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Este palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornece a planta do prédio.”

Paul Veyne – Comment on écrit l’histoire, 1971.

